

SINOPSE DE REUNIÃO

“Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 192/2020 de 08 de setembro de 2020	
Data: 23/09/2020 Hora: 10h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Eduardo Pimenta (UVA); Fábio Fabiano (ALA); Manildo Marcião (IFF-CF); Nathália Bragança (CAJ); Renato Gullo (CAJ); Luiz Carlos Teixeira (P.M.C.F); Beatriz Côrrea (FIPERJ); Mariana Botelho (FIPERJ); Luiz Constantino (SEAS). Convidados: Segundo Lago (Grupo MSB); Júlio Avelar (Grupo MSB); Fabrício Dantas (Grupo MSB); Luiz Eduardo Tedesco (P.M.A.B); Evanildo (P.M.A.B); Fábio Hazin (Projeto FAO-Rebyc); Ana Silvino (Projeto FAO-Rebyc); Victor Saraiva (IFF-CF); Gabriela Coutinho (PROLAGOS); Amanda Bulhões (PROLAGOS); Elisabete (INEA/SUPLAJ); Luís Faulstich (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ).	
Pauta: 1 – Aprovação de minuta de sinopse da reunião anterior (05/08/2020); 2 – Projeto de Maricultura no Perú com a instalação no município da empresa hispano-brasileira Mexilhões Sudeste do Brasil – MSB – especializada na produção e venda de moluscos bivalves (mexilhões e vieiras); 3 – Monitoramento de algas nocivas em locais de cultivo (Maricultura); 4 – Proposta Técnica da Aplicação da Abordagem Ecosistêmica na Gestão Costeira da Bacia Hidrográfica Lagos São João; 5 – Emissário submarino oceânico e lagunar; 6 – Mangue de Pedra de Armação dos Búzios; 7 – Assuntos gerais.	
Resumo: O Sr. Eduardo Pimenta, Coordenador da Câmara Técnica, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, em seguida, propôs que o item “5” do ponto de pauta, que tratava sobre a apresentação do estudo de emissário submarino oceânico e lagunar, fosse retirado de pauta por dois motivos: pela ausência do Sr. Paulo Rosman, responsável pelo estudo que não pode estar presente na reunião; e pela finalização de um parecer sobre os estudos de viabilidade do emissário, que ainda não estava concluído. Sugeriu, também, a inversão dos itens “3” e “4”, devido à disponibilidade de tempo da Sra. Ana Silvino. Os membros presentes concordaram com as proposições, sem ressalva. Sendo assim, as pautas da reunião ficaram ordenadas da seguinte forma: 1 – Aprovação de minuta de sinopse da reunião anterior (05/08/2020); 2 – Projeto de Maricultura no Perú com a instalação no município da empresa hispano-brasileira Mexilhões Sudeste do Brasil – MSB – especializada na produção e venda de moluscos bivalves (mexilhões e vieiras); 3 – Proposta Técnica da Aplicação da Abordagem Ecosistêmica na Gestão Costeira da Bacia Hidrográfica Lagos São João; 4 – Monitoramento de algas nocivas em locais de cultivo (Maricultura); 5 – Mangue de Pedra de	

Armação dos Búzios; 6 – Assuntos gerais. Prosseguiu-se para o primeiro item de pauta, sobre a aprovação de minuta de sinopse da reunião do dia 05//08/2020. Não havendo manifestações por parte dos presentes, a minuta de sinopse em questão foi aprovada. Avançou para o segundo item ponto de pauta, sobre o Projeto de Maricultura no Perú com a instalação no município da empresa hispano-brasileira Mexilhões Sudeste do Brasil – MSB. O Sr. Segundo Lago, Presidente do Grupo MSB, introduziu que a empresa era 50% (cinquenta por cento) brasileira e 50% (cinquenta por cento) espanhola, com grande experiência em cultivo de mexilhão e importante no setor empresarial, na qual contava com ótimos técnicos em diversos setores dentro da empresa. Logo após, o Sr. Júlio Avelar iniciou a apresentação, contextualizando sobre o que motivou a empresa optar pelo projeto na Região dos Lagos. Explanou que a produção de maricultura apresentava um percentual de crescimento anual elevado, entorno de 14% (quatorze por cento) a 15% (quinze por cento), na produção mundial de organismos aquáticos, enquanto que a produção de pesca estava estagnada. Acrescentou que a aquicultura representava mais de 50% de produção de pescado no mundo, e, segundo previsões da FAO, futuramente, não teria alternativa de produção de organismos aquáticos que não fosse por meio de aquicultura. Expos o cenário atual da produção de maricultura no âmbito mundial e brasileiro, destacando o município de Arraial do Cabo, que foi o berço do projeto no Estado do Rio de Janeiro, em 1970, contudo, o Estado de Santa Catarina era o maior produtor do Brasil, contribuindo com 95% da produção brasileira. Elucidou sobre o projeto que seria implantando no município de Cabo Frio, com a instalação do cultivo de moluscos bivalves, mexilhões e vieiras, em uma área de 200 (duzentos) hectares de lâmina d’água, nas proximidades entre a Ilha Cumprida e a Praia do Perú. O vértice do polígono da fazenda mais próximo ficaria a 1.800 (um mil e oitocentos) metros da praia e a 1.600 (um mil e seiscentos) metros da Ilha Cumprida. Estimava a produção de 17.952 (dezesete mil, novecentos e cinquenta e dois) toneladas de mexilhões e 175 (cento e setenta e cinco) toneladas de vieiras, por ano. Acrescentou que o projeto foi apresentado ao novo conselho gestor da APA Pau-Brasil e em audiência pública, na Praia do Perú. As espécies que seriam cultivadas eram nativas, com característica filtradora, diminuindo o impacto ambiental, e o sistema que seria utilizado era o flutuante do tipo espinhel (long line). A obtenção das formas jovens do mexilhão poderia ser feito em ambiente natural, através de coletores artificiais, que captariam a lava a deriva na água, e, após 2 a 3 meses, seriam transferidas para as cordas mexilhoneiras. Ou poderia ser produzida no laboratório, localizado em Angra dos Reis. Já as “sementes” de vieiras, seriam produzidas, apenas, no laboratório. Expressou que o Grupo MSB tinha a intenção de fazer parcerias com as colônias de pescadores locais, pois planejavam instalar centros de captação de “sementes”, que seriam operados pelos pescadores da região, para, depois, vender essas sementes à empresa, gerando fonte de renda para os mesmos. Estava previsto, também, um forte programa de monitoramento ambiental, com medições dos parâmetros físico-químicos da água, dos parâmetros microbiológicos e da qualidade do sedimento do fundo marinho. Além disso, seria implantado o Sistema de Gestão e Controle Integral do Ciclo dos Moluscos – CIM, que controlaria toda a cadeia produtiva, desde a produção da semente em laboratório até a chegada do produto final nos comércios, por meio de rastreamento computadorizado. Em relação ao monitoramento ambiental, informou que seria feita uma campanha antes da implantação do projeto, para acompanhar se haveria impactos do projeto na local. O monitoramento previa a instalação de boias oceanográficas, que fariam a medição, em tempo real, dos dados oceanográficos, que remeteria todas as informações para uma central em terra; de espinheis com sensores inteligentes que permitiriam verificar se o seu deslocamento foi feito pela força do mar ou se houve algum rompimento do cabo e verificar, também, o peso que o espinhel estaria suportando, permitindo observar a necessidade de manutenção; de robôs com câmeras, verificando o fundo marinho, para saber se houve desprendimento de cordas. Listou outros investimentos previstos dentro do projeto, como a instalação de laboratório de larvicultura, a instalação de depuradora, a instalação de

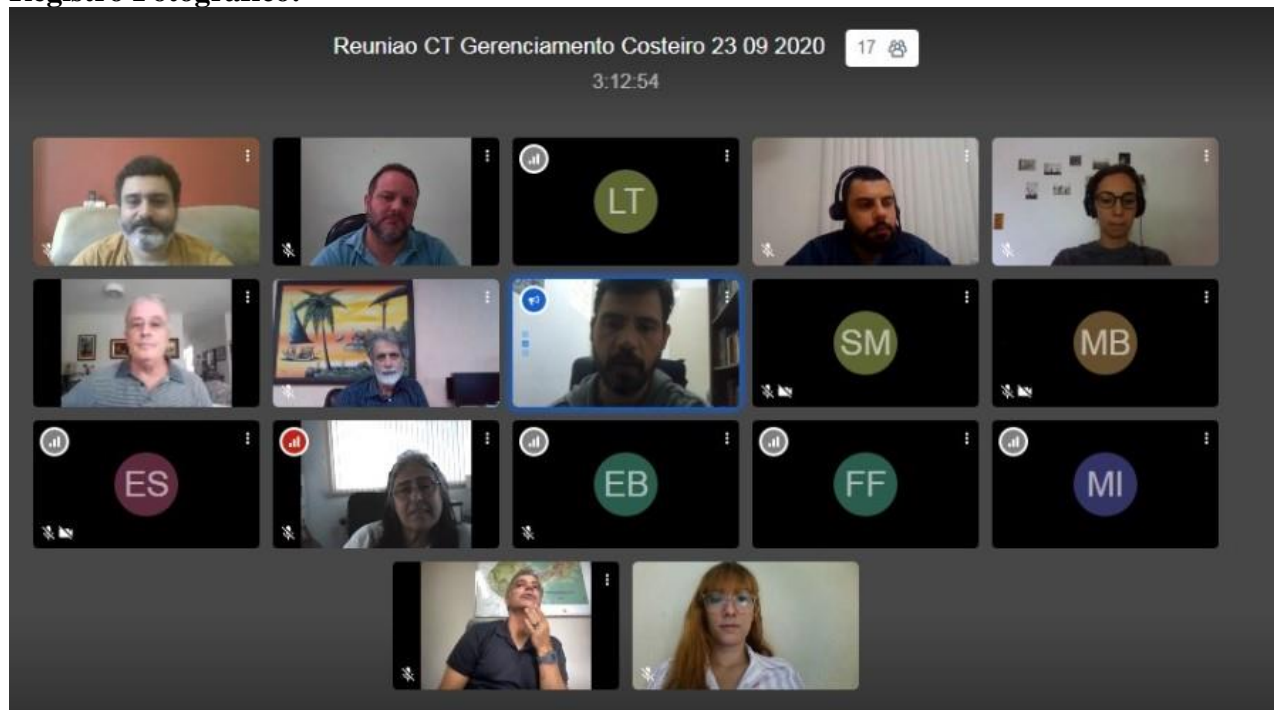
beneficiadora, fábrica de equipamentos e pesquisa e inovação. Expressou que tal projeto impactaria de forma significativa no turismo e na geração de emprego e renda. Prevendo-se a contratação direta de 525 (quinhentos e vinte e cinco) pessoas e indireta de 1.575 (um mil, quinhentos e setenta e cinco) pessoas. Ao final da apresentação, informou a situação atual do projeto, listando as licenças ambientais obtidas, como a licença prévia e de instalação do INEA, o Nada a Opor da Marinha do Brasil e o contrato de cessão de águas da União, assinado. Informou que seria feito uma batimetria no local, antes da instalação do cultivo. E o prazo para implantação do projeto era de 3 (três) anos, aproximadamente. Destacou as dificuldades enfrentadas pelos produtores de maricultura, que precisavam fazer a análise de ficotoxina em mexilhões, em Santa Catarina, para a obtenção da certificação S.I.F, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Contudo, seria solucionado com a implantação do projeto, que contemplava a aquisição de um laboratório para a análise de ficotoxina, beneficiando tanto a empresa quanto aos demais produtores de maricultura da região. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a apresentação do Sr. Júlio Avelar, e elucidou que não caberia ao CT Gerenciamento Costeiro à aprovação do projeto, cabendo essa responsabilidade às esferas no âmbito do poder público federal e estadual. E ressaltou a importância do projeto no resgate da identidade dos pratos gastronômicos de frutos do mar e na geração de emprego e renda, na região. O Sr. Segundo Lago ressaltou a importância da integração com as colônias de pescadores de Cabo Frio e de Armação dos Búzios, para o sucesso e crescimento do empreendimento na região. Informou que seria criada uma fundação em parceria com a Fiperj e, se possível, com a UVA e outras instituições de ensino, como o IFF, por exemplo pois o intuito era promover estudos anualmente. E implantaria, também, reservatórios de pesca artesanal sustentável e de turismo. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a colocação do Sr. Segundo Lago e avançou para o terceiro item de pauta, sobre a proposta técnica da aplicação da abordagem ecossistêmica na gestão costeira da Bacia Hidrográfica Lagos São João. O Sr. Fábio Hazin contextualizou que a Abordagem Ecossistêmica na Gestão Costeira (AEGC) teve como ponto de partida a Abordagem Ecossistêmica na Gestão Pesqueira (AEGP). A AEGP foi introduzida de forma pioneira, no Brasil, através do programa REBYC, pela FAO, com o objetivo de aprimorar a sustentabilidade da pesca de camarão no país a partir de várias iniciativas, entre as quais, a construção de um plano de gestão de forma participativa. Explicou que, a partir de uma reunião estadual com diversos representantes das esferas envolvidas, inclusive, com o Sr. Eduardo Pimenta, foi observado que era fundamental, no âmbito do projeto REBYC, que houvesse um envolvimento do CBHLSJ, que, por sua vez, culminou na elaboração da proposta em questão, no âmbito da Bacia Hidrográfica Lagos São João. Por fim, ressaltou a importância da parceria com a FIPERJ, que foi a principal líder na construção do processo no modelo participativo, e na condução de todos os demais processos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Após o preâmbulo do Sr. Fábio Hazin, a Sra. Ana Silvino iniciou a apresentação da proposta em questão, elucidando que os objetivos da proposta eram a abordagem ecossistêmica na gestão costeira, no âmbito dos seus usos múltiplos da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro do CBHLSJ; adequação da abordagem ecossistêmica na gestão de pesca; integração da AEGC com a AEGP, para elaboração de propostas de Planos de Gerenciamento Costeiro e de Gestão Pesqueira da Bacia Hidrográfica dos Lagos São João. Explicou que a “abordagem ecossistêmica” era uma estratégia de gestão integrada da terra, água e recursos vivos que promovia a conservação e o uso sustentável, de forma equitativa. Os objetivos do gerenciamento costeiro englobavam a preservação e proteção da produtividade e da biodiversidade dos ecossistemas costeiros, prevenindo a destruição dos habitats, poluição e sobre-exploração; reforçar a gestão integrada através de treinamento, legislação e formação de pessoal; promover o desenvolvimento racional e sustentável dos recursos costeiros. Informou que o projeto foi dividido em quatro partes, e elencou as etapas que cada parte contemplava. **Parte I** (duração de 4 meses): 1º etapa, planejamento executivo, e 2º etapa, diagnóstico dos usos múltiplos da Zona Costeira. **Parte II** (duração de 3

meses): 3º etapa, identificação da área geral a ser gerenciada, e 4º etapa, construção de um plano de trabalho para as tarefas iniciais. **III Parte** (duração de 10 meses): 5º etapa, introdução da AEGP/AEGC na área de abrangência, e 6º etapa, elaboração conjunta das propostas de planos. **Parte IV** (duração de 2 meses): implementação, monitoramento e revisão de empenho. Informou que seriam feitas oficinas de sensibilização, locais e regionais. As oficinas de sensibilização seriam voltadas para atores governamentais local, estadual e federal, líderes comunitários, entidades representativas do segmento, entre outros, com o objetivo de engajá-los sobre o projeto. Após isso, seriam feitas oficinas locais, voltadas aos segmentos e representantes locais, para identificar e priorizar os problemas e soluções, consolidar e agregar conhecimento, ampliar os *stakeholders*. A partir desta oficina, seria criado um grupo de trabalho, responsável pela elaboração do plano. Por fim, nas oficinas regionais, o grupo de trabalho criado elaboraria o Plano de AEGC, com as metas, os objetivos, as ações, os responsáveis e os recursos necessários. Ao final da apresentação, elucidou que era esperado, com a implantação do Plano de Gerenciamento Costeiro, o planejamento dos usos múltiplos e ocupação das áreas costeiras e oceânicas; a proteção da base ecológica, preservação da biodiversidade; garantia do uso sustentável das áreas costeiras; garantir o correto uso de recursos comuns; garantir a segurança frente a eventos (naturais e antrópicos); equilíbrio e harmonização dos usos presentes e futuros; promoção do desenvolvimento econômico. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu pela apresentação e expressou sobre a importância da implantação do projeto desse porte no município de Cabo Frio, levando em conta, o aumento da população, em períodos de sazonalidade. Com impactos positivos e negativos, em diversos segmentos, como turismo, esportes náuticos, aumento do consumo de água e, conseqüentemente, dos efluentes líquidos, alto volume de pessoas em locais de proteção ambiental, geração de emprego e renda. Ressaltou sobre a revisão do marco regulatório, no modelo participativo, abrangendo todas as esferas envolvidas no processo, sendo a primeira vez, na história do Brasil, que era feito nesse modelo. O Sr. Fábio Hazin corroborou com a fala do Sr. Eduardo Pimenta, e acrescentou que os planos passavam por constantes adaptações e atualizações, e, por isso, era importante que os atores envolvidos no processo decisório continuassem participando, após a execução do plano. Logo após, o Sr. Eduardo Pimenta questionou, aos membros presentes, se aprovavam o encaminhamento da proposta à Plenária. E pediu que fosse ofertado o Plano de AEGC, aos membros, para subsidiar as discussões na Plenária. A Sra. Beatriz Côrrea, da FIPERJ, agradeceu as menções feitas pelo Sr. Fábio Hazin e pela Sra. Ana Silvino, no momento da apresentação, e afirmou que, de fato, a FIPERJ participou ativamente na execução da proposta do REBYC, no Rio de Janeiro. E manifestou seu apoio ao projeto, colocando-se a disposição, no que se referir ao assunto. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a colocação da Sra. Beatriz Côrrea, e retomou a aprovação da proposta de encaminhar o projeto à Plenária. A proposta foi aprovada, sem ressalvas. O Sr. Eduardo Pimenta informou que a expectativa era que o projeto começasse no início do ano de 2021, e já havia recurso disponível para tal. Não havendo mais colocações, prosseguiu-se para o terceiro item de pauta, sobre o monitoramento de algas nocivas em locais de cultivo de maricultura. O Sr. Victor Saraiva, da IFF-CF, introduziu sobre o importante papel da instituição na região, como formadores de profissionais, e citou sobre a sua participação no projeto APA Pau-Brasil. Acrescentou que estimava pelo sucesso do projeto de Maricultura, no Perú, tanto para empresa quanto para o meio ambiente. Informou que a instituição estaria com a expectativa de implantação de cursos de mestrado, na área de ciências ambientais, com o objetivo de atender as demandas do CBHLSJ e da sociedade, e prontificou-se a ajudar sempre que solicitado, pois era a missão do instituto. Concluiu, agradecendo a oportunidade. Posteriormente, o Sr. Fábio Hazin iniciou a apresentação, contextualizando que na região existiam dois territórios que se destacavam pelo cultivo de moluscos, a região dos Lagos e a Costa Verde. Dentre as espécies cultivadas nas vinte fazendas existentes no estado do Rio de Janeiro, predominava o mexilhão *Perna-Perna*, a ostra do Pacífico *Crassostrea gigas* e a vieira

Nodipecten nodosus, todas com aplicação culinária. Explanou a importância da maricultura para o movimento econômico da região, citando como exemplo o Estado de Santa Catarina, que gerou uma renda total de R\$ 66.100.000,00 (sessenta e seis milhões e cem mil reais), aproximadamente, no ano de 2016. Ressaltou a importância das questões sanitárias para tal cultura, destacando os objetos alvos do estudo, a contaminação microbiológica e a acumulação de toxinas de microalgas – ficotoxinas. Seguiu, demonstrando a técnica utilizada para a análise microbiológica e suas etapas. Elucidou sobre o processo de bioacumulação de toxinas, que advinha das microalgas – ou dinoflagelados – presentes nos moluscos consumidos. Entretanto, foi constatado que a presença de maré vermelha não era mais a única condicionante para a confirmação de produção de ficotoxina, e, conseqüentemente, de moluscos contaminados, pois, em estudos, foi encontrado espécies de dinoflagelados que não provocava tal efeito. Expos as metodologias utilizadas nas análises qualitativas e quantitativas, para determinar que tipo de síndrome o mexilhão estudado era capaz de provocar, após seu consumo. Foram destacadas três síndromes prejudiciais à saúde, a síndrome amnésica, através do ácido domoico; síndrome paralisante, através da saxitoxinas; e a síndrome diarreica, através do ácido ocadáico e dinofisistoxina. Informou que as pesquisas seguiram os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de moluscos bivalves, instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No entanto, no estado do Rio de Janeiro, não era feito o controle conforme a normativa estabelecia, devido às dificuldades logísticas, uma vez que, o único laboratório de análise de ficotoxina estaria localizado no estado de Santa Catarina, corroborando a fala do Sr. Júlio Avelar. Abordou as pesquisas realizadas, as pesquisas e trabalhos de extensão em andamento e as propostas de pesquisa e trabalhos de extensão, da instituição. Destacou as pesquisas de análises de ficotoxina realizadas no município de Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, em 2013, 2014 e 2015, onde foi apurada a presença da toxina diarreica, em ambos os municípios, e a presença da toxina amnésica, em Armação dos Búzios. Informou que, atualmente, existiam duas pesquisas em andamento, “Laudos Microbiológicos de coliformes totais e termotolerantes nos moluscos”, em parceria com a FIPERJ, no município de Armação dos Búzios; e o “Monitoramento de algas nocivas na água”. Em relação às propostas de pesquisa e trabalhos de extensão, informou que pretendiam estudar métodos alternativos, economicamente viáveis, de análise de ficotoxina, citando o desenvolvimento de biossensores e os métodos de alarmes. Porém, necessitavam de parcerias para executar tais pesquisas. Concluiu, informando que a apresentação tinha o intuito de chamar a atenção no cuidado a respeito do monitoramento das ficotoxinas citadas, para garantir a saúde ambiental e pública. E colocou-se a disposição para discutir sobre o assunto. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu, aos Srs. Victor Saraiva e Fábio Hazin, pela apresentação de total relevância para o cenário atual. Passou-se para o quinto item de pauta, sobre o Mangue de Pedra de Armação dos Búzios. O Sr. Victor Saraiva contextualizou que o trabalho em questão, abordava sobre a identificação de um tipo de microrganismo, denominado fungo micorrizas arbusculares, que fazia associação com vegetais, apresentando um papel fundamental na manutenção destes em ambientes distróficos, a partir da troca de nutrientes entre eles. Visto isso, o objetivo do trabalho era estudar a ação desses microrganismos em ambientes de manguezais, mais especificamente, no Mangue de Pedra de Armação dos Búzios. A escolha do local foi motivada pela sua característica peculiar e de extrema fragilidade. Elucidou que esse ecossistema era constantemente ameaçado, devido à contaminação do mar e a contaminação por óleo, e, também, devido ao processo de urbanização no local. Acrescentou que, recentemente, foi identificado que tal fungo seria capaz de degradar hidrocarbonetos de petróleo, dessa forma, esses seriam utilizados nos processos de biorremediação em áreas contaminadas por petróleo. Tal técnica não impactaria no ecossistema, pois não haveria inclusão de espécies exóticas. Como forma de monitorar o processo de urbanização no local ou outras formas de impacto, o trabalho sugeriu que fosse utilizado *drones*. Pois qualquer ação de degradação do solo da zona costeira, próximo ao Mangue de Pedra,

acarretaria no comprometimento das características deste. Salientou sobre a criação da APA Mangue de Pedra, e, com isso, reforçou a importância de fazer o monitoramento aéreo e da qualidade da água, continuamente. Concluiu, agradecendo a oportunidade e colocando-se a disposição, em nome da instituição. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a apresentação do Sr. Victor Saraiva e parabenizou-o. Abordou as discussões sobre a transposição de todos os efluentes lançados na Lagoa de Araruama para o Rio Una e questionou se os Srs. Victor Saraiva e Manildo Marcião teriam algum posicionamento sobre o assunto, no que se referia a possíveis impactos no Mangue de Pedra. O Sr. Victor Saraiva afirmou que não, pois precisava de mais informações sobre o processo de transposição e sobre os locais, para um estudo mais aprofundado, e, finalmente, ter um posicionamento. O Sr. Eduardo Pimenta solicitou que fossem enviados todos os documentos disponíveis referentes ao assunto para os Srs. Victor Saraiva e Manildo Marcião. Enquanto aguardavam o retorno do Sr. Luís Eduardo Tedesco, da Prefeitura de Armação de Búzios, o Sr. Júlio Avelar questionou se o IFF-CF teria interesse em fazer uma parceria com o Grupo MSB, para a criação de um laboratório de análise de ficotoxina. A empresa iria comprometer-se a equipar o laboratório, com o que faltava, e, também, articular, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a obtenção do credenciamento. E prontificou-se a fazer a intermediação da conversa entre o Grupo MSB e o IFF-CF. O Sr. Victor Saraiva expressou que precisaria verificar como tal processo seria feito, no âmbito legal e institucional, sendo corroborado pelo Sr. Manildo Marcião. Retomando o assunto anterior, o Sr. Luís Eduardo Tedesco informou que a Prefeitura estava em processo de licitação do plano de gerenciamento costeiro no município, e, também, do plano de manejo do Mangue de Pedra. Questionou se havia a possibilidade de disponibilizar o trabalho apresentado pelo Sr. Victor Saraiva, sobre o Mangue de Pedra, para que possa auxiliá-los na execução do plano de manejo, após a escolha da universidade. Com relação à transposição ao Rio Una, afirmou que era totalmente contra tal ação. O Sr. Fábio Fabiano pediu esclarecimentos sobre o que estava acontecendo no Mangue de Pedra, pois havia recebido registros que apontavam uma abertura para a passagem de embarcações maiores, no local. E questionou se a APA do Mangue de Pedra já tinha conselho consultivo. Referente ao questionamento sobre conselho consultivo da APA, o Sr. Luís Eduardo Tedesco respondeu que encaminhou para o gabinete, para publicação no Boletim Oficial. E sobre a abertura de uma passagem no Mangue de Pedra, afirmou que tal ação foi feita pelos pescadores locais, e, complementou que estava sofrendo problemas com invasões por milícias, inclusive, colocando em risco vidas humanas. Com isso, pretendia fazer uma operação em conjunto com o Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público. O Sr. Fábio Fabiano voltou a questionar se o conselho consultivo da APA havia sido implantado. O Sr. Luís Eduardo Tedesco confirmou que foi implantado, porém estava velho, e por isso, estaria em processo de renovação. O Sr. Fábio Fabiano explicou que a colônia de pescadores do local negou as alegações de que eram responsáveis por tais ações no Mangue de Pedra. O Sr. Luís Eduardo Tedesco afirmou que tal ação não poderia ser feita sem ser percebida pelos pescadores. Não havendo mais assuntos a serem tratados, inclusive, em assuntos gerais, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a presença e participação de todos, e encerrou a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Samara Miranda, revisada por Luís Fernando Faulstich.

Elaborada em: 05/10/2020

Aprovada em: 07/10/2021



EDUARDO GOMES PIMENTA
Coordenador da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro
CBHLSJ